

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO**
- 3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**
- 4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO: www.portaldecompraspublicas.com.br**
- 5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**
- 6. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA DO MELHOR CLASSIFICADO**
- 7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 8. DA HABILITAÇÃO**
- 9. DOS RECURSOS**
- 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 12. DO CADASTRO DE RESERVA**
- 13. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 15. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**
- 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ANEXOS

ANEXO I - Especificações do Objeto

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

PREÂMBULO

Órgão Interessado:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Processo:	2017017385
Regime Legal:	Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações da 147/2014, Lei Complementar Municipal nº 178/2008 e Decretos Municipais nºs. 34/2006, 415/2013, 946/2015 e 1.031/2015, e Resolução TCE/TO nº 181/2015.
Tipo Licitação	MENOR PREÇO POR ITEM
Exame do Edital:	Superintendência de Compras e Licitações localizada na Quadra 802 Sul, Av. NS-02, APM 15-B, 3º piso do prédio do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas, PREVIPALMAS, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.023-006.
Retirada do Edital e Local da Sessão:	www.portaldecompraspublicas.com.br
Data da Sessão:	26/06/2017
Hora da Sessão:	09h00min (horário de Brasília/DF)
Recebimento propostas:	Início em 13/06/2017 às 09:00 horas e Término em 26/06/2017 às 08:45min
Limite para Impugnação:	22/06/2017 às 09h:00min (horário de Brasília/DF)
Informações:	Telefones (63) 2111-2736 / 2737 em horário comercial E-mail cplpalmas@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1. Este pregão para registro de preços tem por objeto é a futura aquisição de medicamentos para manutenção das Demandas Judiciais que se encontram ativas na Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes neste Edital e seus anexos.

1.2. As quantidades constantes na especificação do ANEXO I são estimativas, podendo a Administração não contratar a totalidade das mesmas.

1.3. Não será permitida a indicação de cota mínima a ser registrada.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo pertinente ao objeto licitado, desde que satisfaça às exigências deste edital e devidamente cadastradas no site www.portaldecompraspublicas.com.br, exceto consórcio.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

2.2 Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123 e, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da 147/2014, onde:

2.2.1 Deverão atender a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, devidamente cadastradas no portal da Confederação Nacional dos Municípios, site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2.2 Para comprovação de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

2.2.3 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e alterações da 147/2014, são considerados:

2.2.3.1 Microempresa – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

2.2.3.2 Empresa de Pequeno Porte – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

2.3 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da 147/2014, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Cujo sócio ou titular seja, administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) Constituída sob a forma de sociedade por ações.

2.4 Não poderá participar desta licitação a empresa que:

- a) Tiver sido declarada inidônea na administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
- b) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Municipal de Palmas;
- c) Incidir no estipulado no art. 9.º da Lei nº. 8.666/93;
- d) Tenha sofrido decretação de falência ou dissolução, bem como aquele que esteja em processo de liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) Possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objeto incompatível com o deste Pregão;
- f) Estiverem reunidas sob forma de consórcio;
- g) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- h) Incorrer em outros impedimentos previstos em lei.

2.6 A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha relativa ao licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preços até a data e horário previstos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

2.7 Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação aquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/2014 e Lei Complementar Municipal nº 178/2008, independente de qualquer transcrição.

2.8 Para uso das prerrogativas previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações da 147/2014, para as Microempresas e Empresas de pequeno Porte, as licitantes deverão declarar e comprovar seus requisitos no momento do seu cadastramento/credenciamento no site www.portaldecomprapublicas.com.br.

2.9 Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme artigo 48, incisos I e III, onde:

2.9.1 **O item 68 subdividi-se em: denominado como cota principal de ampla concorrência,**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

podendo participar todas as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado neste certame e; denominado cota reservada, com reserva de até 25 % para participação de ME/EPP, do ramo pertinente ao objeto licitado neste certame.

2.9.2 **Os demais itens serão exclusivos para ME e EPP, do ramo pertinente ao objeto licitado neste certame.**

3. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em até 2 (dois) dias úteis antes da abertura do certame.

3.2. As impugnações, pelos licitantes, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da abertura do certame, em observância às determinações contidas no art. 41 da Lei 8.666/93.

3.3. As respostas dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações também serão realizadas pelo mesmo meio eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO www.portaldecompraspublicas.com.br

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a Confederação Nacional dos Municípios pela website: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2. As empresas licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico. Sendo sócio proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Palmas - Tocantins, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.4. O *login* e a senha poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa desta Prefeitura Municipal de Palmas e do sitio www.portaldecompraspublicas.com.br, devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

5. DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1. **Do envio das propostas de preços pelo sistema eletrônico.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.1.1. Os fornecedores credenciados interessados em participar do pregão eletrônico, deverão enviar suas propostas de preços, utilizando, para tanto, exclusivamente, o sistema eletrônico do site www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

5.1.1.1. Antes do envio da proposta de preços, o fornecedor deverá efetuar a retirada do edital eletronicamente, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2. As empresas que apresentarem propostas para participação no Pregão na forma Eletrônica, automaticamente estarão prestando declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o disposto no art. 4º, VII, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

5.1.3. O representante credenciado observará as condições do Edital, disponível na lista de editais, observará as condições e exigências previstas e condicionantes do objeto do certame, manifestará, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista neste edital e inserirá sua proposta inicial para o objeto deste certame, até a data e horário previsto no preâmbulo deste ato convocatório.

5.1.4. A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância com as cláusulas deste Edital.

5.1.5. A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.1.6. Caberá à empresa licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.7. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá preencher o campo PREÇO UNITÁRIO, encontrado na tela, com o preço unitário proposto para cada um dos itens especificados no ITEM 1 (OBJETO) deste edital, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais após a vírgula, sendo desclassificada a proposta ou o lance que seja apresentado de forma diversa.

5.1.8. Nos preços cotados na proposta deverão estar incluídos todos os valores incidentes, tais como taxas, impostos, fretes e outros, os quais deverão ser os praticados na data da abertura da proposta.

5.1.8.1. Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Prefeitura Municipal de Palmas.

5.1.9. O proponente terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o encaminhamento desta. Uma vez encerrado o tempo previsto, o sistema não permitirá a alteração ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.1.10. O PROPONENTE DEVERÁ INSERIR SUA PROPOSTA DE PREÇOS, NO SISTEMA ELETRÔNICO, COM O PREÇO UNITÁRIO DOS PRODUTOS OFERTADOS E, GLOBAL DA PROPOSTA.

5.2. Da abertura e do julgamento das propostas de preços.

5.2.1. Na data e horário previstos no preâmbulo deste edital serão abertas as propostas de preços, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

5.2.1.1 O PREGOEIRO iniciará a abertura dos itens na ordem estabelecida na especificação do objeto, ANEXO I deste edital.

5.2.2.. **SERÃO DESCLASSIFICADOS OS LANCES FINAIS QUE ESTIVEREM ACIMA DO VALOR ESTIMADO NO CERTAME.**

5.2.3. O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

5.2.4. O prazo de validade da proposta comercial não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas. Em caso de omissão do licitante, considerar-se-á o prazo mínimo exigido.

5.2.5. Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios, ou com valor zero e ainda, vantagens ou preços baseados nas ofertas dos demais licitantes. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas nesta licitação, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste edital.

5.3. Da sessão de disputa e da formulação de lances.

5.3.1. A partir do horário previsto neste edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.

5.3.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.3.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.3.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance anteriormente registrado no sistema.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.3.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.3.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

5.3.7. A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

5.3.8. Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá ocorrer o encerramento da sessão pública, por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, de até trinta minutos, findo o qual será encerrado o recebimento de lances.

5.3.9. Encerrada a etapa competitiva o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtido um menor valor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.3.10. O pregoeiro anunciará o licitante detentor da melhor proposta imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão do pregoeiro sobre a aceitação do lance de menor valor. Caso não haja lances, o licitante vencedor será aquele que houver ofertado a melhor proposta inicial.

5.3.11. No caso de haver desconexão do pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.3.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.3.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro de data diversa.

5.3.14. Caso a empresa detentora da melhor proposta venha a ser desclassificada ou inabilitada, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5.3.15. No caso de convocação de empresas subsequentes previstos no item anterior, os documentos de habilitação serão considerados válidos e em dia a partir da data da convocação.

5.4. Do Direito de Preferência

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.4.1. Encerrada a etapa de lances, classificando-se em primeiro lugar empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123 e alterações da 147/2014, conforme segue:

5.4.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem até 5% (por cento) superiores à primeira classificada desde que esta também não seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.4.1.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte, enquadrada no subitem 5.4.1.1, mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de até 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, situação em que passará à condição de primeira colocada;

5.4.1.3. Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no subitem 5.4.1.1, para o exercício do mesmo direito;

5.4.2. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no subitem 5.4.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

5.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 5.4.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4.4. A licitante que sagrar-se vencedora tanto para o item destinado a cota reservada de 25% para ME/EPP, como para o mesmo item de ampla concorrência, prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles.

5.4.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.4.5.1. Encerrando-se como deserto ou fracassado o item com cota reservada, será oportunizado ao vencedor da cota principal a inserção de sua proposta, no prazo de até 30 (minutos), a ser determinado pelo pregoeiro, devendo a empresa manter a descrição/marca/fabricante e valor do produto ofertado, no caso do subitem anterior.

5.5. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

5.6. Atendidas as exigências habilitatórias o Licitante será considerado vencedor.

5.7. O Pregoeiro adjudicará o respectivo objeto à licitante vencedora após a análise da proposta e documentos de Habilitação entregues nos termos deste edital

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

5.8. Poderão ser registrados, pelo preço do primeiro colocado, tantos fornecedores quantos concordarem, através da Ata de Registro de Preços.

5.9. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante que ofertou o melhor lance, o Pregoeiro suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

6. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA DO MELHOR CLASSIFICADO

6.1. Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, da sessão pública virtual, o melhor classificado deverá encaminhar a documentação exigida para habilitação, bem como o DETALHAMENTO DE SUA PROPOSTA DE PREÇOS, atualizada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, para a Superintendência de Compras e Licitações localizada na Quadra 802 Sul, Av. NS-02, APM 15-B, 3º piso do prédio do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas, PREVIPALMAS, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.023-006.

6.2. O prazo para o encaminhamento do original e/ou cópia autenticada da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, será de **até 02 (dois) dias úteis**, a partir da data da sessão pública virtual, prorrogável por igual prazo a critério da Administração.

6.2.1. Caso a licitante faça o envio dos documentos de habilitação e proposta detalhada pelos correios, deverá postá-los via Express (Sedex ou aéreo), sob pena de imediata inabilitação, com o envio do código de rastreamento à Superintendência de Compras e Licitações pelo telefone (63) 2111-2737 ou pelo e-mail cplpalmas@gmail.com.

6.3. O Detalhamento da Proposta de Preços deverá ser apresentado datilografado ou digitado, redigido com clareza, sem emendas, rasuras, borrões não ressalvados, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração), e conter expressamente:

- a) O número do Pregão Eletrônico, data e hora da sua realização;
- b) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e fax da empresa proponente;
- c) Especificações detalhadas do objeto proposto, conforme descrito no ANEXO I;
- d) O valor unitário do objeto, total do item e o valor global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, no máximo com duas casas decimais;
- e) Marca dos medicamentos ofertados;
- f) Declaração de que os produtos serão entregues em até 10(dez) dias úteis após o recebimento da nota de empenho, conforme quantidades solicitadas pela contratante;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura da sessão;
- h) Dados bancários para recebimento (pagamento) em nome do licitante: nome e número do Banco, agência e conta corrente;
- i) Prazo de pagamento não inferior a 30 (trinta) dias, após atesto da nota fiscal.

6.3.1. Juntamente com a proposta comercial, sob pena de desclassificação, deverão ser apresentados, válido em dia os seguintes documentos:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- a) Alvara de Licença Sanitária Estadual ou Municipal, da sede do licitante, expedido de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar vigentes;
- b) Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresa, emitida pela ANVISA;
- c) Certificado de Regularidade vigente emitido pelo Conselho Regional de Farmácia;
- d) Apresentar Registro dos produtos na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);
- e) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, em nome do fabricante do medicamento, por linha de produção/produtos. A distribuidoras terão que apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle para cada marca/laboratório dos produtos cotados. O produto que for cotado e que a linha de produção não esteja certificada será desclassificado;
- f) As empresas fornecedoras de medicamentos devem se responsabilizar pela aplicação da Logística Reversa nos resíduos existentes de que trata a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
- g) Declaração assinada pelo representante legal e responsável técnico, em que os medicamentos sejam entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação;
- h) Declaração de que fornecerá laudo analítico-laboratorial no momento da entrega dos medicamentos;
- i) Autorização Especial (AE), emitida de acordo com a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 da ANVISA, para as empresas que ofertarem medicamentos sujeitos a controle especial;
- j) Declaração que se obriga a entregar bula ou catálogo originais ou cópias autenticadas dos itens adjudicados, com todas as informações em língua portuguesa.

6.3.1.1. Os documentos exigidos para classificação deverão ser apresentados da seguinte forma: original, ou cópia autenticada, ou cópia digital com código verificador para confirmação, ou cópia não autenticada acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pelo pregoeiro ou equipe de apoio, ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial, ou também, expedido por outra forma legal.

6.4. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligência destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações, prestadas pelo licitante, constantes de sua Proposta e de eventuais documentos a ela anexados.

6.5. O Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

6.6. Caso julgue necessário, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que evidencie a exequibilidade de seu lance ofertado:

- a) Para comprovar a exequibilidade de sua proposta, o licitante deverá apresentar suas justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade do valor ofertado com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto, os quais poderão ser encaminhados para análise da Área Requisitante dos produtos a fim de que possa emitir parecer acerca da exequibilidade;
- b) A Proposta considerada inexecutável será recusada pelo Pregoeiro, hipótese em que será convocado o próximo colocado, podendo negociar melhor valor para fins de aceitação.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

7.1. Juntamente com a proposta a licitante vencedora do certame deverá apresentar declaração de que atende, no que couber, os critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na Instrução Normativa SLTMPOG nº 01, de 19/01/2010.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3 Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Após a verificação acima, a habilitação do licitante será aferida por intermédio dos documentos comprobatórios de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Atendimento do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.3. A declaração de atendimento do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal deverá ser postada eletronicamente no momento de inserção da proposta no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.4. O Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Palmas - TO, dentro do prazo de validade e incluído juntamente com os documentos de habilitação, substitui os documentos dos itens 8.12, 8.13. e 8.15, desde que os documentos constem expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação.

8.5. No caso de apresentação do CRC para substituição de documentos de habilitação, o licitante deverá apresentar eletronicamente no momento da inserção de sua proposta no site www.portaldecompraspublicas.com.br, declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

8.6. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original, cópia autenticada ou cópia não autenticada acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pelo pregoeiro ou equipe de apoio, ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial.

8.7. Não serão aceitos documentos em forma de 'fax' e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

8.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) Em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz);
- c) Em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

8.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor ou por outra norma legal.

8.10. A falta de quaisquer dos documentos ou o descumprimento das exigências previstas nesta seção anteriores implicará a **INABILITAÇÃO** do licitante.

8.11. Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

8.12. Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor do município ou região da sede da empresa.

8.14. Para a comprovação da **Qualificação Técnica** os licitantes deverão apresentar:

- a) a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor do licitante, que comprove a realização, de maneira satisfatória, de fornecimento compatíveis em características com o objeto desta licitação;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- b) Comprovação de possuir, na data de abertura do certame capital social ou patrimônio líquido de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.15. Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal (Alvará de Funcionamento – ou documento equivalente – válido e em dia), relativo ao estabelecimento do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de quitação de tributos federais, abrangendo a Dívida Ativa da União e quanto às Contribuições Previdenciárias e as de terceiros, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos estaduais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
- Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa quanto aos tributos municipais (ou distritais), relativamente ao estabelecimento do proponente;
- Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho.

8.16. Havendo alguma restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal dos LICITANTES Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.17. A não regularização da documentação de Regularidade Fiscal pelo LICITANTE implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao PREGOEIRO convocar os LICITANTES remanescentes para apresentação da proposta subsequente.

8.18. No julgamento da HABILITAÇÃO o (a) PREGOEIRO (A) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de HABILITAÇÃO.

8.19. Para fins de HABILITAÇÃO, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de Certidões constitui meio legal de prova.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, após o que lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

9.2. O prazo para interposição da intenção de recursos, exclusivamente no sistema eletrônico, será desde a fase de encerramento de lances eletrônicos até a data e hora final de interposição determinadas pelo pregoeiro e incluídas no sistema.

9.3. Concluído o julgamento da fase de habilitação, o pregoeiro assegurará o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos para inclusão da intenção de recursos.

9.4. O prazo para encaminhamento das razões do recurso iniciará a partir do aceite do pregoeiro no sistema eletrônico.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9.7. O prazo para decisão de recurso é de 05 (cinco) dias úteis, após o qual a autoridade competente fará a adjudicação ao licitante vencedor.

9.8. A manifestação prévia do licitante para posterior interposição do recurso, durante a sessão pública, será realizada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

9.9. O encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, assim como o julgamento a ser proferido.

9.10. O recurso não terá efeito suspensivo, exceto quanto à habilitação ou inabilitação e julgamento das propostas.

9.11. Julgado o recurso, a decisão constará exclusivamente no sistema eletrônico, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará eletronicamente o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador da despesa.

10.2. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao Ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao(s) licitante(s) vencedor(es) e homologação do procedimento licitatório, eletronicamente.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento de bens e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

11.2. Após homologação pelo Ordenador de Despesas, o adjudicatário será convocado para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da convocação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

11.3. A Ata de Registro de Preços, lavrada conforme ANEXO III, terá efeito de compromisso e validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação.

11.4. Uma vez convocado, caso o adjudicatário não assine a Ata de Registro de Preços, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

11.5. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços se dará no Diário Oficial do Município de Palmas, através do site portal.palmas.to.gov.br.

12. DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os demais licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificada.

12.2. Os licitantes que se interessarem em reduzir seus preços previsto no item anterior, deverá manifestar sua intenção imediatamente após encerrada a etapa competitiva através do e-mail: cplpalmas@gmail.com, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.3. A apresentação de novas propostas, na forma do item anterior, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. As novas propostas deverão ser apresentadas juntamente com os documentos de habilitação em até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da etapa competitiva e a devida manifestação.

12.5. Após a homologação, o registro de preços ainda observará, entre outras as seguintes condições:

- a) Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação original do certame;
- b) A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;
- c) O registro a que se refere os parágrafos anteriores tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Municipal nº 946 de 14 de janeiro de 2015.

13. DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Após a homologação do certame e assinatura da Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual será substituído pela nota de empenho, por se tratar de produto de entrega imediata, em conformidade com o § 4º do art. 62 da Lei 8.666/93.

13.2 A adjudicatária será convocada pela Secretaria Municipal de Saúde - FMS para retirada do termo de empenho relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

13.3 Fica facultado à Administração, quando o vencedor não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

13.4 A contratada não poderá subcontratar o objeto.

13.5 Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.

13.6 As despesas com a presente aquisição (*medicamentos*) correrão à conta da Secretaria Municipal de Saúde - FMS, na(s) dotação(ões) orçamentária(s), natureza(s) de despesa e fonte(s) consignados no item 6 do Termo de Referência, ANEXO II.

14. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. As condições gerais para a presente aquisição (*medicamentos*) estão estabelecidas no Termo de Referência constante no ANEXO II.

14.2. A empresa adjudicatária deverá entregar os produtos solicitados (*medicamentos*), de forma parcelada, de acordo com necessidade mediante solicitações da demandante, no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

14.3. Os produtos (*medicamentos*), deverão ser entregues na CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico, no endereço 912 Sul, QIA, lote 06/08, Alameda 04, Palmas – TO, em horário comercial, telefone: (63) 3218-5555.

14.3. Fica a empresa obrigada a fornecer os produtos (*medicamentos*) de comprovada qualidade, obedecendo as normas de padronização e qualificação aplicáveis e atender as exigências contidas nos ANEXOS I e II do edital.

14.4. As aquisições em desacordo com o Edital ou com qualquer inconsistência, serão rejeitados e implicarão na devolução dos mesmos, sem qualquer indenização, mesmo que detectado o vício após o recebimento provisório e deverão ser substituídos/reposos pela contratada no prazo de até 05(cinco) dias a contar da data da devolução, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e especificação no Anexo II - Termo de Referência do edital.

14.5. Todos os produtos (*medicamentos*) deverão ser entregues acondicionados em embalagem original, lacradas pelo fabricante e em perfeito estado; sem sinais de violação, aderência ao produto e/ou umidade; sem inadequação de conteúdo e, identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, com número de registro emitido pela ANVISA na embalagem.

14.6. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem apresentar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade,

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com legislação sanitária e nos termo do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros.

14.7. Todos os medicamentos devem ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação

14.8. Fornecer laudo analítico-laboratorial no momento da entrega dos medicamentos.

14.9. Todo transporte a ser efetuado para a realização do objeto deste Edital e demais despesas, diretas e indiretas, será de única e total responsabilidade do proponente, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

15. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

15.1. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento e atesto das Notas Fiscais.

15.2. O preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irrevogáveis.

15.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Caso a licitante deixe de atender alguma das exigências durante a fase de licitação, poderão ser aplicadas às seguintes penalidades:

16.1.1. **ADVERTÊNCIA:** É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação, e será expedido pela Superintendência de Compras e Licitações.

16.1.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado da contratação imposta à Licitante, pela Superintendência de Compras e Licitações nos seguintes casos:

- a) Quando a licitante não mantiver sua proposta após a fase habilitação;
- b) Em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, após decorrido 5 (cinco) dias.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

16.1.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto na Lei nº 8.666/93.

16.1.4. **SUSPENSÃO:** Da participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PALMAS:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Receber qualquer das multas previstas no subitem 16.1.2 e não efetuar o pagamento;
- d) Recusar-se a assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

16.2. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município, do Estado e da União.

16.3. Em todos os casos sempre será observado o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

16.4. As penalidades pelo não cumprimento total ou parcial do fornecimento, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, são:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação, inclusive no caso de reposição do objeto rejeitado;
- d) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do fornecimento objeto desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Palmas, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida, conforme previsto nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 946/2015 e Leis subsidiárias;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

16.5. Quando o proponente não retirar ou não aceitar a nota de empenho na forma estabelecida, estará sujeito à multa do item 16.1.2 “b” e à penalidade do item 16.4 “e” ou 16.4 “f”, além de decair o direito ao fornecimento do objeto.

16.6. As sanções administrativas poderão ser aplicadas sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e das ações penais cabíveis.

16.7. As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

16.8. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

16.9. As multas e penalidades serão aplicadas diretamente pelo órgão contratante através do ordenador de despesa, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

16.10. O proponente será cientificado, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer ao órgão ordenador da despesa.

16.11. Pela inobservância dos termos deste Edital poderá haver a incidência das penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.12. Incorrerá nas mesmas sanções do item anterior a empresa que apresentar documento fraudado ou falsa declaração para fins de habilitação neste certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os prazos mencionados neste edital, bem como nas respectivas propostas, somente terão início e término em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Palmas, e serão sempre considerados em dias corridos, salvo se outra forma for prevista.

17.2. Para efeito de aplicação do previsto neste subitem, os prazos indicados para quaisquer atos do procedimento licitatório, inclusive o da validade das propostas, serão considerados prorrogados para o primeiro dia útil subsequente, se recaírem em data em que não haja expediente na Prefeitura Municipal de Palmas.

17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.4. A Administração se reserva o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, a presente licitação, sem que disto decorra qualquer direito aos licitantes, observado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº. 8.666/93.

17.5. A nulidade do processo licitatório induzirá à dos atos decorrentes.

17.6. É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação. O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

17.8. O pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

17.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. O resultado da licitação será divulgado no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e no Diário Oficial do Município de Palmas, através do site portal.palmas.to.gov.br.

17.11. Respeitados os prazos legais e os direitos dos licitantes, o pregoeiro, a qualquer tempo, antes da abertura das propostas, poderá, motivadamente, proceder alterações concernentes à licitação ora regulada, por sua iniciativa, disponibilizando no sistema as informações necessárias e determinando, ainda, quando necessário, o adiamento do recebimento e/ou da abertura das propostas.

17.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro com a interpretação da legislação própria, princípios constitucionais e o direito público interno, sem prejuízo de solicitação de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município.

17.13. Este edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como na Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Finanças, no endereço constante no preâmbulo, em horário comercial, onde poderá ser retirado gratuitamente em meio eletrônico ou mediante cópia em unidade de disco do interessado.

17.14. Fica eleito o Foro de Palmas - TO para resolver questões relativas ao presente Edital.

17.15. Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Finanças, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (063) 2111-2736 / 2737 ou e-mail cplpalmas@gmail.com.

Palmas, aos 09 dias do mês de junho de 2017.

Marcia Helena Teodoro de Carvalho
Pregoeira

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

**ANEXOS
ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

5. QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

ITEM	QTD	UNID	RESERVA DE COTAS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VLR/UN	VLR/TOTAL
01	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Aceclofenaco 100 Mg	1,35	486,00
02	1440	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Ácido Acetilsalicílico 100mg, Tamponado	0,34	489,60
03	384	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Ácido Acetilsalicílico 200mg Tamponado	0,50	192,00
04	360	frs.	Exclusivo ME e EPP	Ácido Bórico Solução 3% (ÁGUA Boricada) Frasco C/100ml	2,99	1.076,40
05	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Ácido Fólico 0,8mg + Piridoxina 4mg + Cianocobalamina 0,40mg Comprimido	0,75	270,00
06	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Ácido Tióctico 600hr	3,00	1.080,00
07	2520	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Acido Ursodesoxicólico 300mg	4,34	10.936,80
08	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Alprazolam 1mg	0,29	208,80
09	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Alprazolam 2mg	1,22	1.317,60
10	480	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Aspartato de Arginina 250mg	1,61	772,80
11	1080	env	Exclusivo ME e EPP	Aspartato de Ornitina 0,6g/G C/10 Envelopes de 5 Gramas	6,07	6.555,60
12	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Atorvastatina Cálcica 80mg	3,55	1.278,00
13	3600	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Baclofeno 10mg	0,57	2.052,00
14	60	und.	Exclusivo ME e EPP	Barra Dermatológica Purificante Effaclar 80g	28,30	1.698,00
15	24	frs.	Exclusivo ME e EPP	Bimatoprost 0,03% + Maleato de Timolol 0,5% 3,0ml	63,30	1.519,20
16	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Bimatoprost 0,03% Frasco com 3ml	50,18	602,16
17	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Brinzolamida 10mg/ml, Frasco com 5ml	41,71	500,52
18	24	frs.	Exclusivo ME e EPP	Brometo de Tiotrópio 2,5mcg 4ml (60 Doses)	205,79	4.938,96
19	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Carbonato de Cálcio + Colecalciferol 500 Mg + 400 UI	0,70	252,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

20	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cinarizina 25mg	0,18	64,80
21	1440	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cinarizina 75mg	0,25	360,00
22	364	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Citalopran 20mg Comprimido	1,17	425,88
23	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Citrato de Tofacitinibe 5mg	70,80	50.976,00
24	1080	cps.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Clindamicina 300mg	2,35	2.538,00
25	480	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Clobazam 20mg	1,38	662,40
26	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Clonidina Cloridrato 0,100mg	0,33	356,40
27	364	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Bissulfato Clopidogrel 75mg Compr	1,40	509,60
28	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Anagrelid 05mg	4,65	3.348,00
29	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Codeína 30mg + Paracetamol 500mg	0,88	633,60
30	24	frs.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Dorzolamida 2% + Maleato De Timolol 0,5%, frasco 5ml.	46,81	1.123,44
31	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Duloxetina 30mg	1,37	493,20
32	1440	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Memantina 10mg	1,10	1.584,00
33	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Metilfenidato 10mg	0,75	540,00
34	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Oxibutinina 10mg	1,90	1.368,00
35	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Oxibutinina 5mg	0,63	680,40
36	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Pioglitazona 30mg	2,26	813,60
37	1440	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Tizanidina 2mg	0,63	907,20
38	360	cps.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Venlafaxina 150mg	2,11	759,60
39	336	cps.	Exclusivo ME e EPP	Cloridrato de Venlafaxina 75mg	1,50	504,00
40	1200	cps.	Exclusivo ME e EPP	Coenzima Q10 300mg, frasco C/100caps *	5,70	6.840,00
41	360	sachê	Exclusivo ME e EPP	Colágeno Hidrolizado + Vitamina C E H. Sabdariffa Caixa Com 30 Sachês De 12g (CARTIGEN C)	4,90	1.764,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

42	48	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Colecalciferol (VITAMINA D3) 50.000 UI, cx. c/4 comprimido	15,62	749,76
43	96	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Colecalciferol (VITAMINA D3) 7.000 UI, cx. c/8 comprimido	2,05	196,80
44	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Complexo Hc5 E D+ Dermovance S Reidratante Corporal 200ml	62,90	754,80
45	720	cps.	Exclusivo ME e EPP	Curcuma Longa 250mg, Extrato Seco Capsula (MOTORE)	1,55	1.116,00
46	720	cps.	Exclusivo ME e EPP	Desvenlafaxina, Succinato Monoidratado 100mg	2,66	1.915,20
47	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Dicloridrato de Betaistina 24mg	0,61	219,60
48	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Divalproato de Sodio Er Liberação Prolongada 500mg	1,86	669,60
49	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Domperidona 10mg	0,27	291,60
50	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Dorzolamida 2% Frasco 5ml	7,29	87,48
51	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Duloxetina 60mg	2,75	990,00
52	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Escitalopram 10mg	1,19	856,80
53	720	cps.	Exclusivo ME e EPP	Esomeprazol Magnésio 40 Mg, cx, com 28 Cápsulas	3,44	2.476,80
54	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Espironolactona 50mg	0,34	122,40
55	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Etodolaco 400mg	1,10	792,00
56	360	cps.	Exclusivo ME e EPP	Extrato de Amora 500mg	0,2916	104,98
57	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Ezetimiba+Sinvastatina 10/20mg	2,58	928,80
58	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Fosfato de Sitagliptina + Cloridrato de Metformina 50/1000mg	2,40	1.728,00
59	2160	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Fosfato de Sitagliptina + Cloridrato de Metformina 50/850mg	2,40	5.184,00
60	2160	cps.	Exclusivo ME e EPP	Fumarato de Formoterol Di-Hidratado 12mcg+Budesonida 400mcg cx. c/ 60 cps / Refil	1,93	4.168,80
61	2520	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Gabapentina 300mg	1,21	3.049,20
62	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Ginkgo Biloba 80mg	1,83	1.976,40
63	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Gliclazida 30mg	0,43	309,60

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

64	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Gliclazida Mr 60mg	1,32	950,40
65	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Glimepirida 3mg	0,80	288,00
66	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Glimepirida 4mg	1,06	763,20
67	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Hidroclorotiazida + Cloridrato de Amilorida 25/2,5mg	0,37	133,20
68	1620	cps.	Cota Ampla concorrência	Hidrocortisona 5mg	52,00	84.240,00
68a	540	cps.	Cota de 25% reservada para ME e EPP	Hidrocortisona 5mg	52,00	28.080,00
69	1800	cps.	Exclusivo ME e EPP	Idebenone 150mg, frasco com 150 caps	42,60	76.680,00
70	60	frs.	Exclusivo ME e EPP	Lactulose 667mg/ml, xarope 120ml	21,51	1.290,60
71	4500	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Lamotrigina 100mg	1,47	6.615,00
72	36	frs.	Exclusivo ME e EPP	Levomepromazina 40mg/MI (4%), frasco 20ml	8,04	289,44
73	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Lisina 125mg + Ciclobenzaprina 5mg	1,04	748,80
74	06	frs.	Exclusivo ME e EPP	Loção Corporal Materskin, frasco 200g	106,46	638,76
75	120	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Losartana Potássica + Hidroclorotiazida 100/25mg	1,54	184,80
76	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Metformina 1000mg Xr	0,76	820,80
77	1440	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Metformina 500mg Xr	0,36	518,40
78	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Metoprolol Tartarato 100mg	0,46	331,20
79	352	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Metotrexato 2,5mg	1,37	482,24
80	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Micofenolato de Mofetila 500mg	8,06	2.901,60
81	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Mitarzapina 30mg Comprimido	6,66	4.795,20
82	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Montelucaste 10mg	1,64	1.180,80
83	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Neomicina 500mg	3,56	3.844,80

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

84	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Neutrofer 500mg – Ferro Quelato Glicinato	2,09	752,40
85	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Neutrogena Sun Fresh Protetor Solar 120 MI FPS 60	66,00	792,00
86	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Nitrendipino 20mg	0,90	648,00
87	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Nortriptilina, Cloridrato 75mg	0,94	338,40
88	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Olmesartana Medoxomila + Hidroclorotiazida 20/12,5mg	0,77	554,40
89	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Oxalato de Escitalopram 10mg	1,38	496,80
90	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Oxalato de Escitalopram 20mg	2,62	943,20
91	60	frs.	Exclusivo ME e EPP	Oxcarbazepina 60mg/MI 100ml	28,86	1.731,60
92	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Oxibutinina 5mg	1,03	370,80
93	1440	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Polivitamínico e Sais Minerais (CENTRUM), frasco, com 60 comprimido	0,94	1.353,60
94	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Pregabalina 150mg	2,18	2.354,40
95	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Propranolol 80mg	0,22	158,40
96	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Quetiapina Fumarato 200mg	7,30	7.884,00
97	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Quetiapina Fumarato 25mg	1,57	565,20
98	700	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Rabeprazol Sódico 20mg	3,86	2.702,00
99	1344	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Rivaroxabana 20mg	5,53	7.432,32
100	672	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Rivaroxabano 15mg	5,23	3.514,56
101	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Rivaroxabano 10mg	5,53	1.990,80
102	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Sertralina Cloridrato 100mg	2,31	831,60
103	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Solifenacina, Succinato 10mg	3,94	1.418,40
104	720	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Solifenacina, Succinato 5mg	3,22	2.318,40
105	720	sachê	Exclusivo ME e EPP	Sulfato de Glicosamina 1,5g, cx, com 30 Sachês	3,35	2.412,00

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

**PREFEITURA
PALMAS**
SUCOL/SEFIN
Fls. _____
Ass. _____

106	720	env	Exclusivo ME e EPP	Sulfato de Glicosamina 1,5g + Sulfato Sódico de Condroitina 1,2g, com 30 envelopes	5,64	4.060,80
107	1080	cps.	Exclusivo ME e EPP	Sulfato de Glicosamina 500mg + Sulfato de Condroitina 400mg C/90capsulas	2,79	3.013,20
108	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Sulfato De Salbutamol 120mcg/Dose, frasco com 200 doses	0,26	3,12
109	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Tamoxifeno 20mg	1,83	658,80
110	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Tartarato de Brimonidina 2% + Maleato de Timolol 0,5%, frasco, com 5ml	59,38	712,56
111	1080	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Telmisartana 80mg	1,03	1.112,40
112	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Tiabendazol 500mg	1,83	658,80
113	24	tb.	Exclusivo ME e EPP	Tiabendazol Pomada	6,99	167,76
114	360	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Timomodulina 80mg, comprimido	4,11	1.479,60
115	12	frs.	Exclusivo ME e EPP	Travoprost 0,04mg + Maleato de Timolol 6,8mg/ML, frasco, com 5ml	125,21	1.502,52
116	06	tubo	Exclusivo ME e EPP	Tretinoína 1mg/G 25g	47,94	287,64
117	48	frs.	Exclusivo ME e EPP	Ureia 10% Alantonia 2% Oad 8% Lactato Amonia 12% Loção Cremosa Qsp 250ml	33,00	1.584,00
118	672	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Vildagliptina + Metformina Cloridrato 50mg + 1000mg	2,14	1.438,08
119	672	cpr.	Exclusivo ME e EPP	Vildagliptina 50mg	2,14	1.438,08
VALOR TOTAL ESTIMADO						417.625,06

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 067/2017.

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS
(art. 14 da Lei nº 8666/93)

Palmas, 29 de março de 2017.

1 – DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Assistência Farmacêutica
Interessado: Karenina B. R. Pegado Pontes.
Telefone Contato: (63) 3218-5105

2 – OBJETO

Constitui objeto desta licitação o REGISTRO DE PREÇO para renovação da aquisição de medicamentos para manutenção das Demandas judiciais que se encontram ativas, conforme especificações constantes neste Termo de Referência; com cópias das decisões em anexo.

Medicamentos para atender o período de 12 (doze) meses.

3 - RECURSOS VINCULADOS
AÇÃO/SERVIÇOS/ESTRATÉGIAS

Fonte: 0040.00.199 – ASPS – Ações do Serviços Públicos em Saúde – C/C: 60.287-6

4 – JUSTIFICATIVA

4.1 – A compra dos medicamentos se destina ao atendimento e manutenção das **Demandas Judiciais de Medicamentos de pacientes** que se encontram ativas, sendo estes os seguintes: ADAIL CARDOSO DE DEUS (Autos 0000712-02.2015.827.2729), ALDEMIR AZEVEDO SOARES, (Autos 5020399-45.2013.827.2729), ALEX PEREIRA DA COSTA (Autos 0025795-20.2015.827.2729), ANA MARIA DA SILVA DE MEDEIROS (Autos 2009.0004.9129-7/0), ANA VICTÓRIA RIBEIRO SANTOS (Autos 5029369-34.2013.827.2729), ANÁLIA LOPES DA SILVA MOREIRA (Autos 0012694-76.2016.827.2729), ANTÔNIO ALVES MACEDO NETO (Autos 5023329-36.2013.827.2729), ANTONIO HENRIQUE DE JESUS DO ESPIRITO SANTO (Autos 0007842-43.2015.827.2729), ANTÔNIO LUIZ DIAS CARDOSO (Autos 0015908-12.2015.827.2729), ANTONIO SOUSA E SILVA (Autos 0015908-12.2015.827.2729), BRUNO FERNANDES JÁCOME (Autos 5021826-77.2013.827.2729), CARMEM LÚCIA CARVALHO LIMA (Autos 5035129-95.2012.827.2729), CELMA FERREIRA DE MORAIS (Autos 0036106-70.2015.827.2729), DANIEL JOSÉ BERNARDES (Autos 5013283-85.2013.827.2729), DANIELA PORTELA DE OLIVEIRA (Autos 000611480.2016.827.2729), DELZA MARIA PEREIRA DE PEREIRA (Autos 0024333-91.2016.827.2729), DEUZELINA LIMA AGUIAR (Autos 0006545-98.2015.827.2729), DIVINA DOS SANTOS CORDEIRO (Autos 0021400-82.2015.827.2729), DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO DE MIRANDA COUTINHO (Autos 5014781-56.2012.827.2729), ELUIZEFÁ CARDOSO DE ARAÚJO (Autos 0005498-89.2015.827.2729), ERIVALDO FELIX DA SILVA (Autos 5004744-33.2013.827.2729), GERALDO ILÍDIO DA CUNHA (Autos 002249-28.2015.827.2729), GUILHERME ANDRADE DE SOUSA (Autos 5042700-83.2013.827.2729), HENRIQUE MARTINS DE SOUZA LEITE (Autos 5020118-26.2012.827.2729), HENRIQUE PEDRO NESELLO (Autos 2010.0004.0762-1/0), IVALDO FRANCISCO DA SILVA (Autos 5014607-47.2012.827.2729), JACIRA DOS SANTOS CASTRO (Autos 0006052-24.2015.827.2729), JESUILO BEZERRA DIAS (Autos 0009103-42.2015.4.01.4300), JOÃO JOSÉ CUSTÓDIO (Autos 0004054-21.2015.827.2729), JOÃO MARTINS DA SILVA NETO (Autos 0015873-86.2014.827.2729), JONAS MESSIAS DOS SANTOS (Autos 5039743-

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

12.2013.827.2729), JOSÉ ALFREDO LIMA (Autos 0004285-14.2016.827.2729), JOSÉ WASHINGTON ROCHA DA LUZ (Autos 0015296-50.2014.827.0000), KEILA XAVIER DE SOUSA (Autos 0016231-80.2016.827.2729), LAURA CRISTINY FERREIRA DE MELO (Autos 5024810-34.2013.827.2729), LEILIANE SILVA LAURIANE (Autos 0005774-90.2013.4.01.4300), LENISSE DE ARAUJO SUASSANA (Autos 0001925-42.2015.4.01.4300), LEONARDO MOREIRA DA COSTA (Autos 5006941-97.2013.827.0000), LEONARDO OLIVEIRA QUEZADO (Autos5009481-16.2012.827.2729), LETICIA CASTRO REIS (Autos 0022534-81.2014.827.2729), LUCI GONÇALVES DE CAMPOS DE CARVALHO (Autos 5032329-94.2012.827.2729), LUCIANA CANTUÁRIA ALENCAR BARROS (Autos 0014662-15.2014.827.2729), LUCINETO OLIVEIRA DA COSTA (Autos 0018489-97.2015.827.2729), MARCIANO DA SILVA GIMARÃES (Autos 0011211-11.2016.827.2729), MARIA APARECIDA ALVES GODOY (Autos 2009.0010.8507-1), MARIA DAS GRAÇAS NESTOR SILVEIRA (Autos 5012911-73.2012.827.2729), MARIA JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO (Autos 0030582-92.2015.827.2729), MARIA MATEUS SOARES BELEZA (Autos 2009.0011.5949-0/0), MARIA TELMA COSTA (Autos 5024174-68.2013.827.2729), MARIEUCE ROCHA DA LUZ (Autos 0015296-50.2014.827.0000), MATEUS RODRIGUES DE OLIVEIRA (Autos 5016365-61.2012.827.2729), MOACIR VIZZOTTO (Autos 5024084-60.2013.827.2729), MÔNICA AVELINO ARRAIS (Autos 5024464-83.2013.827.2729), OSMARINA SOBRINHO DA SILVA (Autos 0020655-05.2015.827.2729), PAULA PATRICIA ALVES BARBOSA (Autos0003495-64.2015.827.2729), PEDRO TAVARES DOS REIS (Autos 0007393-51.2016.827.2729), RAIMUNDA TRINDADE DE ALMEIDA SILVA (Autos 0013962-39.2014.827.2729), REGINA RODRIGUES DA LUZ (Autos 0015296-50.2014.827.0000), SARITA MARIA BERNHARDTA (Autos 0028690-51.2015.827.2729), SONIA MARIA SANTOS (Autos 5026928-17.2012.827.2729), TALYTA REZENDE SILVA (Autos 0007480-41.2015.827.2729), TEREZINHA RODRIGUES NOGUEIRA (Autos 200900129727-3), VANUSA ALVES PINTO SOARES (Autos 2009.0009.5858-6/0), VERGÍLIO ROCHA DA SILVA (Autos 0015296-50.2014.827.0000), WELDER LUIS BARBOSA CERQUEIRA (Autos 0011019-15.2015.827.2729), WERLLY SILVA CARVESAN (Autos5003544-88.2013.827.2729), ZORAIDE RIBEIRO DE ABREU SOUZA (Autos 0003681-52.2016.4.01.4300), com cópias das Decisões em anexo.

4.2 – Alguns dos pacientes contemplados neste Termo de Referência poderão já terem sido mencionados em outro Termo de Referência em virtude dos mesmos serem também demandantes de insulinas.

4.3 – Constam neste Termo de Referência alguns itens marcados com * que não possuem registro na ANVISA e por esse motivo não são comercializados no mercado brasileiro devendo esses medicamentos ser importados.

5 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS	FICHA	SUB-ITEM	VALOR
03.3200.10.303.0301.6080	3.3.90.91	0040.00.199	20173995	204	417.625,06

7 – DA ESTIMATIVA

7.1 – O valor total estimado previsto para aquisição do objetivo é de R\$ 417.625,06(quatrocentos e dezessete mil e seiscentos e vinte e cinco reais e seis centavos), obtidos através de pesquisas de mercado, conforme previsto na Lei nº. 8666/93, e tabela CMED em anexo, exceto os itens:

8 – QUANTITATIVO

8.1 A contratante solicitará os produtos de acordo com a sua necessidade.

8.2 Os medicamentos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

9 - 9 - PRAZO PARA ENTREGA:

9.1 – Os medicamentos deverão ser entregues em um **prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da data do recebimento do empenho.

10 - LOCAL DE ENTREGA:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**


10.1 – Os medicamentos deverão ser entregues na CAF- Central de Abastecimento Farmacêutico da Secretaria da Saúde na **Quadra 912 Sul, QI A, Lote 06/08, Alameda 04, nos horários das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas – telefone: (63)3218-5555.**

11 – CONDIÇÕES GERAIS:

11.1 – AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR:

- I – Apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal, conforme o que determina a legislação vigente;
 - II – Apresentar Certificado de Regularidade vigente durante o período deste processo licitatório emitido pelo Conselho Regional de Farmácia;
 - III – Apresentar Registro dos produtos na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);
 - IV – Apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, em nome do fabricante do medicamento, por linha de produção/produtos;
 - V – Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com número de registro emitido pela ANVISA na embalagem;
 - VI – Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresa emitida pela ANVISA;
 - VII – Todos os medicamentos nacionais ou importados devem apresentar nos rótulos e bulas todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, entre outros;
 - VIII – As distribuidoras terão que apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle para cada marca/laboratório dos produtos cotados. O produto que for cotado e que a linha de produção não esteja certificada será desclassificado;
 - IX – Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional n.º 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
 - X – As empresas fornecedoras de medicamentos devem se responsabilizar pela aplicação da Logística Reversa nos resíduos existentes de que trata a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
 - XI – Declaração assinada pelo representante legal e responsável técnico, em que os medicamentos sejam entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação;
 - XII – Fornecer laudo analítico-laboratorial no momento da entrega dos medicamentos;
 - XIII – Autorização Especial (AE), emitida de acordo com a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 da ANVISA, para as empresas que ofertarem medicamentos sujeitos a controle especial;
 - XIV – Declaração que se obriga a entregar bula ou catálogo originais ou cópias autenticadas em cartório dos itens adjudicados.
- 11.2 - Os produtos serão recebidos na CAF- Central de Abastecimento Farmacêutico onde serão catalogados, acondicionados em local apropriados respeitando a data de validade e posteriormente dispensados para as Unidades da Rede Municipal de Saúde.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

 SUCOL/SEFIN
Fls. _____
Ass. _____

11.3 - A Farmacêutica responsável pela Relação Municipal de Medicamento Essenciais do Município de Palmas será a responsável pelo controle dos produtos recebidos, sendo que a mesma terá o prazo de 05(cinco) dias úteis para contestar o produto e devolver os itens que não preencham as especificações deste Termo de Referência.

11.4 - A empresa vencedora deverá fazer a reposição dos itens que não preencham as especificações, no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da data de devolução, sendo que em caso de não aceitação do material, a devolução (frete) será por conta da contratada.

11.5 – A empresa vencedora que não cumprir as exigências e/ou prazos estabelecido no item 8 deste Termo de Referência serão aplicadas as penalidades conforme Lei nº 8.666/93.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

ANEXO III - Minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Processo Administrativo: 2017017385
Pregão Eletrônico - SRP nº ____/2017
Ata de Registro de Preços nº ____/2017
Autorização do GGG nº 192/2017
Validade da Ata: 12 (doze) meses**

O MUNICÍPIO DE PALMAS por meio da Secretaria Municipal de Finanças, com sede na Quadra 502 Sul, Av. NS-02, Conj. 01, Ed. Buriti, 1º andar, Palmas-TO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.851.511/0009-32, neste ato representada pelo Superintendente de Compras e Licitações, Antonio Luiz Cardozo Brito, inscrito no CPF sob o nº 485.256.421-34, portador da Carteira de Identidade nº 689.822 SSP/TO, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar Federal 123/2006 e alterações da 147/2014, e no Decreto Municipal nº 946, de 14 de janeiro de 2015, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, considerando a classificação das propostas e a respectiva homologação da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. ____/2017**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa doravante denominada **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, destinado às futuras aquisições sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

13.11.1. O objeto do presente Instrumento é o registro de preços, visando a futura aquisição de medicamentos para manutenção das Demandas Judiciais que se encontram ativas na Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO:

2.1. Fornecedor registrado:

Empresa:
CNPJ/MF:
Endereço:
Telefone:
Representante:
Item:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS:

3.1. Planilha Demonstrativa de Preços:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

ITEM	UND	%	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

3.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR convocar o FORNECEDOR registrado para negociar o novo valor, bem como no caso de desequilíbrio econômico financeiro poderá o FORNECEDOR solicitar revisão dos preços registrados:

3.2.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

3.2.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação de desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

3.2.3. Para a concessão da revisão de preços, o FORNECEDOR deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos;

3.2.4. Caso o ÓRGÃO DEMANDANTE já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que o FORNECEDOR realize o fornecimento dos objetos, e caso ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s);

3.2.5. O ÓRGÃO GERENCIADOR terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do pleito, para análise dos pedidos de revisão recebidos;

3.2.6. Durante esse período, o FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dos objetos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo ÓRGÃO GERENCIADOR. Nesse caso, o ÓRGÃO DEMANDANTE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos objetos empenhados após a revisão;

3.2.7. O FORNECEDOR obrigará-se a realizar as entregas dos objetos pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

3.2.8. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; e

3.2.9. Caso o FORNECEDOR registrado se recusar a baixar os seus preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá liberá-lo do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando à igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO:

5.1. As especificações constantes nesta Ata de Registro de Preços vinculam-se ao processo nº **2017017385**, do qual é parte integrante e complementar independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. O FORNECEDOR registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

6.2. O cancelamento do seu registro poderá ocorrer:

6.2.1. A pedido do próprio FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata.

6.2.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR registrado:

a) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, bem como do Edital de Licitação;

b) der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;

e) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento;

6.4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial do Município de Palmas/TO, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

6.5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da responsabilidade de entrega, até a decisão final do ÓRGÃO GERENCIADOR, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração à aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.6. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o ÓRGÃO GERENCIADOR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. Caberá ao órgão aderente à Ata de Registro de Preços verificar junto ao FORNECEDOR a capacidade de fornecimento dos objetos registrados, bem como consultar o ÓRGÃO GERENCIADOR sobre a sua anuência.

7.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos objetos decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR;

7.3. Os fornecimentos adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o ÓRGÃO GERENCIADOR.

7.4. Para fins de autorização, só serão aceitos pedidos de adesões que não excedam, por órgão ou entidade solicitante, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados.

7.5. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

7.6. Compete ao órgão, não participante, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE AQUISIÇÃO:

8.1. As aquisições decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO DEMANDANTE, mediante emissão da nota de empenho e/ou contrato.

8.2. Os quantitativos dos objetos a serem fornecidos, pelo FORNECEDOR, a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO DEMANDANTE, dentre os objetos registrados nesta Ata.

8.3. A existência de preços registrados não obriga ao ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

9.1. Todos os produtos (*medicamentos*), deverão ser entregues na CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico, no endereço 912 Sul, QIA, lote 06/08, Alameda 04, Palmas – TO, em horário comercial, telefone: (63) 3218-5555.

9.2. Os produtos (*medicamentos*) deverão ser entregues, parcelados, de acordo com a necessidade e solicitações da SEMUS, no prazo máximo de entrega dos produtos, não superior a 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da nota de empenho pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO:

10.1. O ÓRGÃO DEMANDANTE expedirá "Termo de Recebimento Provisório", o qual deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento e representante do FORNECEDOR, para efeito de posterior verificação da conformidade dos objetos com as especificações constantes nesta Ata e no Termo de Referência.

10.2. Após a verificação da qualidade e quantidade dos objetos e consequente aceitação, o ÓRGÃO DEMANDANTE emitirá o "Termo de Recebimento Definitivo", ou atesto da(s) nota(s) fiscal(is) pelo responsável pelo recebimento.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança, nem ético profissional pela perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este Instrumento.

10.4. O FORNECEDOR é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA:

11.1. Todos os objetos deverão ser de acordo com o especificado nesta Ata e no Termo de Referência, e sem avarias.

11.2. A garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, observado também a garantia de fábrica de cada produto.

11.3. 11.4. O FORNECEDOR deverá substituir qualquer produto defeituoso, dentro das condições da garantia, no que couber, sem ônus adicionais ao ÓRGÃO DEMANDANTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar data de sua devolução, sob pena de multa, por dia de atraso, no valor de 5% sobre o preço do produto a ser substituído.

11.5. Caso seja efetuada a substituição de algum produto devido a falhas/problemas, o prazo de garantia passa a ser contado novamente a partir do momento do aceite definitivo do novo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

12.1. O FORNECEDOR deverá apresentar nota fiscal, correspondente aos objetos efetivamente entregues.

12.2. Em caso de fornecimento de produtos importados, juntamente com a nota fiscal deverá ser apresentado documento que comprove a origem dos produtos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, se for o caso, sob pena de rescisão e multa.

12.3. Sobre o documento fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Se o FORNECEDOR for isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

12.4. O ÓRGÃO DEMANDANTE reserva-se o direito de não realizar o atesto, se os dados estiverem em desacordo com os dados do FORNECEDOR ou, ainda, se o objeto entregue não estiver em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

12.5. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da nota fiscal, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

12.6. O atesto é condição indispensável para o pagamento, podendo ser comprovado e realizado pelo gestor através de apresentação da nota fiscal devidamente atestada, confirmando o seu recebimento.

12.7. Na ausência do responsável pelo recebimento (férias, licença ou em viagem por interesse do ÓRGÃO DEMANDANTE), o atesto será dado pelo gestor substituto.

12.8. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

12.9. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema de Registro de Preços do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO DEMANDANTE:

13.1. O ÓRGÃO DEMANDANTE obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente ao Sistema de Registro de Preços;

13.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato ou instrumento equivalente, com base nas disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

13.1.3. Receber os objetos de acordo com as disposições desta Ata e do Termo de Referência;

13.1.4. Exercer, por seu representante, acompanhamento e fiscalização sobre a entrega dos objetos, providenciando as necessárias medidas para regularização de irregularidades levantadas;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

13.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR;

13.1.6. Efetuar o pagamento na forma estabelecida;

13.1.7. Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento;

13.1.8. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR e pertinente aos objetos desta Ata;

13.1.9. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear as aquisições decorrentes desta Ata;

13.1.10. Processar e liquidar a fatura correspondente, por meio de Ordem Bancária, desde que não haja fato impeditivo imputado ao FORNECEDOR;

13.1.11. Zelar para que durante a vigência desta Ata de Registro de Preços sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte do FORNECEDOR, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.1.12. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do FORNECEDOR, o preço registrado, os quantitativos disponíveis e as especificações dos objetos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

13.1.13. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

14.1. O FORNECEDOR obriga-se a:

14.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços;

14.1.2. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento da ata de registro de preços, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias para que o objeto seja entregue;

14.1.3. Atender ao pedido de conformidade com as requisições emitidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, a partir da homologação da ata de registro de preços;

14.1.4. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional contratada, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outrem a responsabilidade por problemas na prestação do objeto;

14.1.5. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento dos objetos;

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

14.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta aquisição, salvo mediante prévia e expressa autorização do ÓRGÃO DEMANDANTE ;

14.1.7. Prestar formalmente as informações e os esclarecimentos solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR OU ÓRGÃO DEMANDANTE ;

14.1.8. Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referentes ao transporte e embalagem do material;

14.1.9. Disponibilizar pessoal em quantidade suficiente a atender a descarga do material, assegurando-lhe equipamentos indispensáveis ao serviço;

14.1.10. Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

15.1. A gestão desta Ata será efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR (Secretaria de Finanças), através da Superintendência de Compras e Licitações a quem cabe o gerenciamento deste instrumento no seu aspecto operacional e nas questões legais, em conformidade com o Parágrafo único do art. 2º do Decreto Municipal nº 946/2015.

15.2. A fiscalização da execução será realizada pelo ÓRGÃO DEMANDANTE, a quem cabe a designação dos responsáveis pelo acompanhamento da execução do objeto.

15.3. A gestão e fiscalização dos contratos que vierem a ser firmados serão efetuadas por servidor designado pelo ÓRGÃO DEMANDANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. O FORNECEDOR que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.2. Subsidiariamente, nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste Instrumento, o ÓRGÃO DEMANDANTE poderá, garantida a prévia defesa do FORNECEDOR, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

a) Advertência, por escrito, quando o FORNECEDOR deixar de atender quaisquer indicações aqui constantes

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2017
REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% E
EXCLUSIVO PARA ME e EPP**

- b) Multa compensatória/indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor contratado;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Poder Judiciário do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR ressarcir o ÓRGÃO DEMANDANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.3. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor inadimplido.

16.4. Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, a multa será descontada por ocasião do pagamento posterior a ser efetuado pelo ÓRGÃO DEMANDANTE ou cobrada judicialmente.

16.5. Além das penalidades citadas, o FORNECEDOR ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

Após lida e achada conforme, a presente ata é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR supracitados.

Palmas - TO, de de 2017.

Órgão Gerenciador

Superintendência de Compras e Licitações

Pregoeiro

Equipe de Apoio

Fornecedor Registrado